

Da nação à região: as eleições legislativas na imprensa regional

José Ricardo Carvalho

Universidade da Beira Interior

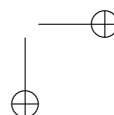
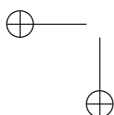
E-mail: jr.carvalho@gmail.com

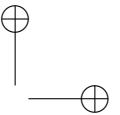
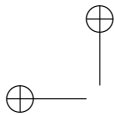
DEVIDO a uma tradição centralista de governo, Portugal consubstanciou-se num território político muito marcado pela dicotomia entre o centro e as periferias, entre o cérebro decisor e o corpo onde se inscrevem as marcas do processo de decisão. O regime parlamentar posterior a 1974 não criou a representação política das regiões, mas instituiu o vínculo democrático e a eleição com base em círculos eleitorais regionais. Através dos discursos da imprensa regional sobre as eleições legislativas, este texto procura compreender que formas tem assumido, ao longo das duas últimas décadas, a legitimação política do poder central na periferia e a relação desta com o centro do sistema e a governação do país.

A imprensa não é encarada, aqui, como mera fonte documental de uma realidade que lhe fosse exterior, mas sim enquanto sujeito operador que participa na construção dos discursos políticos (Fausto Neto, 2004), o que pode ser feito sob diversas formas de articulação com os actores da esfera institucionalmente política.

O texto que se segue sustenta-se, pois, numa pesquisa empírica de carácter diacrónico direccionada para o modo como o jornalismo da periferia tem vindo a representar e a interpretar os períodos de campanha eleitoral das legislativas. A modalidade de pesquisa é o estudo de caso, seleccionando-se o semanário *Jornal do Fundão* por razões que vão além da sua maior difusão e que ficarão patentes ao longo deste texto. O objecto de análise é o conjunto de artigos que versam directamente sobre as eleições e que foram publicados nas quatro semanas anteriores aos actos eleitorais de 1985, 1991 e 2002. Além disso, analisa-se ainda os textos de características editoriais de todos os períodos pré-eleitorais entre 1983 e 2002¹.

¹Ao todo, sete eleições legislativas: 1983, 1985, 1987, 1991, 1995, 1999, 2002.



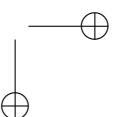
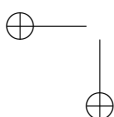


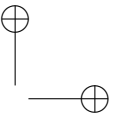
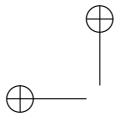
Esta investigação da cobertura jornalística das eleições opta, portanto, por uma abordagem qualitativa e usa como técnica a análise do discurso, com particular ênfase para a utilização do conceito de enquadramento. Distancia-se, em todo o caso, da mera análise linguística e procura articular os textos mediáticos com os processos políticos e culturais que os envolvem, de modo a compreender a constituição e transformação dos discursos sociais (Fairclough, 1998).

O conceito

O conceito de enquadramento distingue-se do agendamento, noção desenvolvida pela teoria conhecida como *agenda-setting* e que está ligado à selecção e hierarquização dos assuntos no espaço público, assim como à atenção, que também se põe do lado das audiências, a certos acontecimentos em detrimento de outros. A teoria do agendamento é porém redutora, porque as notícias não são apenas seleccionados, mas sim construídas (Schudson, 1997). Daí, a importância da noção de enquadramento para dar conta do modo como se define um tema, sendo essa definição que permite dar-lhe alguma interpretação (McQuail, 2003: 348), funcionando como moldura para o campo de visão (Sousa, 2004) ou como estrutura profunda que contém instruções para deciframos uma situação (Silveirinha, 2005).

Originalmente formulado por Goffman (1976), o conceito de enquadramento, ou *framing*, referia-se ao uso de quadros interpretativos construídos socialmente e que, ao colocarem os indivíduos sob referências partilhadas, lhes permitem dar sentido às relações sociais. A teoria de Goffman, concebida para as relações face-a-face, tem sido incorporada pelos estudos dos média, onde se considera que os textos jornalísticos, através de elementos como os títulos, o *lead* ou as citações destacadas, apresentam estruturas que enquadram os eventos e lhes definem sentidos. A análise de Gitlin à cobertura da guerra do Vietname constituiu um marco importante no desenvolvimento do conceito, que identifica padrões persistentes de selecção, apresentação, ênfase e interpretação através dos quais os jornalistas organizam os discursos (Gitlin, 2003). Embora os sentidos produzidos pelas audiências a partir das





notícias seja uma questão mais complexa², o conceito de enquadramento é frequentemente utilizado de uma forma que remete para a questão dos efeitos, quer numa versão positivista, quer numa versão crítica, mas num pendôr mais qualitativo do que acontece com os estudos de agendamento.

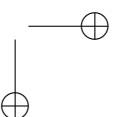
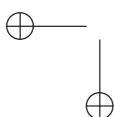
O conceito é, no entanto, muito vasto e usado para captar diferentes aspectos do discurso mediático, pelo que, numa tentativa de aumentar o rigor da sua aplicação, Mauro Porto (2004) propõe a distinção entre enquadramentos noticiosos e enquadramentos interpretativos, sendo essa perspectiva que adopta nesta pesquisa.

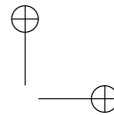
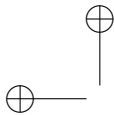
Os enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, selecção e ênfase utilizados nos relatos jornalísticos (Porto, 2004: 91). É também possível incluir aqui a capacidade de não prestar atenção, de manter *out of frame* (Goffman, 1976) determinados aspectos possíveis de um evento. Os enquadramentos noticiosos revelam, por exemplo, atitudes dos jornalistas face aos políticos e as suas formas de encarar a actividade política.

Os enquadramentos interpretativos, por seu lado, estão ligados a uma determinada cultura, tendo no centro de cada tema uma ideia central organizadora que atribui sentido aos eventos e tece conexões entre eles (Gamson e Modigliani citados em Porto, 2004: 81). A forma como as notícias são enquadradas tende a traduzir os valores dominantes num contexto social (Meyers, 1997), mas também pode configurar disputas entre vários repertórios interpretativos, o que é comum na comunicação política e remete para a questão dos enquadramentos poderem ser plurais ou monopolizadores de significados (McQuail, 2003: 349). Portanto, tal como acontece com o agendamento, também o enquadramento não deve ser visto como uma acção exclusiva dos jornalistas, pois há *framings* implícitos no discurso dos actores sociais e políticos e na forma como os factos chegam às redacções.

As técnicas aqui usadas para identificar os enquadramentos inserem-se no campo da análise de discurso, incidindo sobre itens como os géneros narrativos, os papéis semânticos dos actores, as escolhas lexicais e sintáticas ou os

²A noção de enquadramento também é por vezes usada do lado das audiências, referindo-se a repertórios interpretativos como ideias que enquadram a recepção mediática, ou seja a activação de quadros de referência, que podem ou não coincidir com os dos jornalistas. Remete para a ideia dos efeitos do enquadramento jornalístico nas interpretações do público acerca de determinados temas e acontecimentos.





modelos de intertextualidade (Van Dijk, 1997; Van Leuween, 1997; Silveirinha e Peixinho, 2004).

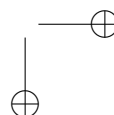
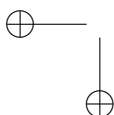
Outro aspecto relevante para o enquadramento tem a ver com o modo de interpelação. Através da forma como interpela, o texto posiciona o sujeito que o lê (Edley, 2001), dá-lhe, segundo a conceptualização de Goffman, uma chave de leitura que consiste num lugar a partir do qual se constrói o sentido. Um dos níveis a que funcionam as *keyings* é pela activação de pertenças a entidades colectivas (Silveirinha, 2005), interessando-nos aqui as pertenças de índole territorial como a nação e a região.

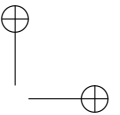
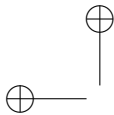
O jornal

O jornal é um sujeito semiótico (Rebelo, 2000) reconhecível pelos leitores devido às suas regras, projectos, estilo e perfil. Mercê das suas circunstâncias históricas e de um trajecto pontuado por episódios definidores, o Jornal do Fundão (JF) foi constituindo o seu carácter de sujeito semiótico simultaneamente na relação com o poder político, onde criou a ideia de independência e defesa de causas sociais, e na relação com o território, onde suplantou o paroquialismo e se tornou uma bandeira regionalista. Durante o regime ditatorial este estatuto foi marcado por casos como a suspensão pela censura ou a defesa de populações vítimas do bócio. No regime democrático, o pluralismo político permitiu a expressão mais aberta de reivindicações regionalistas, que tiveram um momento fulcral no caso do túnel da Gardunha.

A história do jornal e das suas relações com a esfera política é indissociável do percurso do seu fundador, director e proprietário durante mais de cinco décadas. António Paulouro era um membro de uma elite local cuja actividade editorial se entremeou com acções políticas, como a vice-presidência da Câmara do Fundão nos anos 50 e o cargo de deputado à Assembleia da República nos anos 80. Nessa medida, a relação entre a instituição mediática e os actores políticos não configura a clássica separação entre jornalismo e esfera do poder.

Nesta análise, estão em causa dois tipos de texto jornalístico. Por um lado artigos de teor noticioso, com destaque para o género reportagem, mas incluindo também peças escritas a partir de documentos dos partidos. Por outro lado, editoriais e outros artigos de opinião que expressam a posição do jornal.





À luz do exposto no ponto anterior, considero que as reportagens elucidam mais directamente sobre o tipo de enquadramento noticioso, ao passo que os editoriais constituem textos privilegiados para analisar o enquadramento interpretativo (Ponte, 2002). No primeiro caso, interessam sobretudo os ângulos de abordagem da notícia política em tempo eleitoral e as atitudes jornalísticas face aos actores políticos nacionais. No segundo caso dou especial atenção às identidades do sujeito-leitor que os textos interpelam e à identidade política colectiva que o jornal constrói e em que se posiciona. A perspectiva diacrónica visa apreciar como um e outro tipo de enquadramento são postos em jogo e evoluem ao longo de duas décadas.

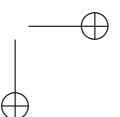
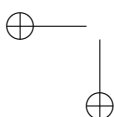
A escolha das campanhas eleitorais analisadas não foi uma selecção feita *a priori* com base exclusivamente na história do regime político, mas surge após uma primeira leitura da abordagem do JF a todas as eleições legislativas desde a instauração da democracia. Esta leitura transversal permitiu perceber as campanhas de 1985, 1991 e 2002 como momentos marcantes de mudança ou consolidação de determinados modelos jornalísticos e linhas de discurso político, o que não resulta apenas de transformações no cenário da política, mas também da própria história do jornal.

O enquadramento noticioso

Até à primeira metade dos anos 80 decorre no JF o que se pode chamar uma pré-história do jornalismo dedicado ao fenómeno eleitoral, dado que tudo tende a resumir-se a artigos breves com a enumeração dos candidatos e a descrição do seu perfil pessoal, que pode incluir um tom laudatório acerca de habilitações e cargos das personalidades apresentadas.

As eleições de 1983 inauguram a abordagem jornalística à eleição legislativa³. Surgem, embora timidamente, as primeiras notícias ligadas à campanha, aparece o primeiro editorial directamente focado nas eleições e o jornal estreia-se na inquirição directa de candidatos pelo círculo eleitoral, organizando uma mesa-redonda em público e transcrevendo-a nas suas páginas.

³Eleições que poriam fim ao governo da Aliança Democrática (coligação entre PSD e CDS) e lançariam a governação do “bloco central” (aliança pós-eleitoral entre PS e PSD).



As eleições de 1985⁴, onde António Paulouro seria candidato eleito pelo PRD, indicia o início de uma mudança no discurso jornalístico, na medida em que as reportagens publicadas albergam duas estruturas narrativas de tipo diferente. A primeira, tradicionalmente usada até aqui e ainda predominante, caracteriza-se pelo apagamento da componente interpretativa do repórter na cobertura de comícios e sessões oficiais. Por regra, os artigos preenchem o título com um enunciado directo do principal actor político, começam o texto com uma citação deste e reproduzem períodos completos do seu discurso, entremeados com a nomeação ou a citação de outros políticos intervenientes. As únicas frases em que o jornalista assume a autoria do discurso compõem-se de elementos factuais básicos (onde, quando, quem) ou tendem a ser escolhas lexicais e sintácticas eufóricas, que acentuam o tom positivo da peça ao descreverem o actor político como “recebido com grande entusiasmo” ou “diversas vezes interrompido por aplausos”. Não se trata de puro relato dos factos, mas sim de um tipo de enquadramento noticioso, como o exemplifica uma descrição eufemística da “assistência que enchia parcialmente o ginásio”. Este tipo narrativo enquadra uma relação de indiscutida autoridade da esfera política para com os cidadãos, onde os actores institucionais surgem como únicos enunciadorees investidos de legitimidade para a expressão no campo político e sugere uma atitude de reverência e passividade do próprio repórter perante os protagonistas da política. Este modelo constitui um *enquadramento celebratório*⁵.

Um segundo tipo de estrutura, que aparece pela primeira vez na cobertura à digressão de Cavaco Silva em 1985, corresponde a uma narrativa que assume abertamente o ponto de vista jornalístico. Esta narrativa centra-se num fio interpretativo em que o repórter avalia as acções de campanha, acentuando alusões que visam conferir-lhe um estatuto de independência face ao poder, o que pode ser feito com frases disfóricas (“na tentativa de mobilizar um eleito-

⁴Eleições em que o PSD, liderado por Cavaco Silva, assume a governação e o PRD surge como nova força política.

⁵Entre vários textos com este enquadramento, o seguinte *lead* é um mero exemplo: “O PS esteve 50 anos a lutar contra o conservadorismo, que era apoiado por aqueles que agora nos querem dar lições de progressismo, daqueles que suportaram com as suas palmas, com a sua imoralidade e desonestidade, o regime mais imoral de sempre, mais desonesto e conservador que existiu em Portugal”. Esta foi uma das passagens mais aplaudidas do discurso que o Dr. Almeida Santos proferiu na última quarta-feira, à noite, no comício que o PS realizou na Covilhã, junto ao centro comercial da estação” (20-9-85).

rado cada vez mais indiferente”), com recurso à ironia (“não foi aquilo a que se pode chamar um banho de multidão”) ou pela sugestão de contradições dos candidatos e dissensões no interior dos partidos. Nesse contexto, tende a diminuir o espaço e a proeminência das citações, passando o discurso dos políticos a ser inserido de forma truncada dentro de enunciados mais vastos construídos pelo jornalista. A reportagem em causa coloca ainda Cavaco Silva num papel semântico passivo, até então inédito. Pela primeira vez, o político não é o agente que chega e fala, mas sim o paciente que é alvo de maior ou menor atenção da população. Por outro lado, o aparecimento desta estrutura também corresponde à estreia na cobertura de situações até aqui não reportadas pelo jornal, como a passagem pelas ruas e o contacto informal com as populações, assim como inaugura a recolha de declarações por inquirição dos jornalistas e não apenas a sua extracção dos discursos proferidos em comícios. Esta prática de inquirição directa ir-se-á constituindo gradualmente como uma marca de profissionalismo dos repórteres e como mecanismo pelo qual os jornalistas constróem a sua imagem de independência e previnem eventuais acusações de funcionarem como correia de transmissão que apenas amplia o que os políticos tomam a iniciativa de dizer. Este conjunto de elementos resulta num *enquadramento dessacralizador*, na medida em que dessacraliza o político nacional e transmuta o povo de um quadro de glorificação dos líderes para um quadro mundano e contingente.

Note-se, porém, que na campanha de 1985 esta estrutura de reportagem não está consolidada no paradigma jornalístico a nível regional, coexistindo na mesma página com artigos do tipo anterior e não fazendo regra para o futuro próximo. É preciso ter em conta que a década de 80 corresponde a uma fase titubeante na transição da imprensa regional para a profissionalização, marcada por avanços e recuos. Daí a circunstancialidade de um acto eleitoral poder coincidir com um período de esvaziamento da redacção, influenciando assim o tratamento da campanha. É o que parece acontecer com a eleição de 1987, onde a própria abordagem jornalística se esfuma através de uma ausência quase completa de artigos e reportagens sobre a campanha. A ilustração desse esvaziamento são as chamadas de primeira página acerca de comícios, que na realidade remetem para anúncios publicitários acerca das manifestações partidárias.

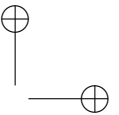
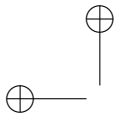
A eleição de 1991 dá-se numa fase mais avançada de profissionalização da redacção, voltando a haver uma série de reportagens. A cobertura da cam-

panha corresponde a um recuo do enquadramento celebratório, rareando, por exemplo, os títulos com citações dos candidatos, que eram a regra na década anterior. No entanto, mais do que representar a afirmação do enquadramento dessacralizador *de per si*, as reportagens de 1991 caracterizam-se pelo entrelaçamento entre este e o enquadramento celebratório dentro da mesma peça, naquilo a que se pode chamar estruturas de enquadramento plural. Esta coabitação de tons positivos e negativos, assim como de activação e passivação dos actores políticos, insere-se num novo tipo de narrativa de campanha que acentua aspectos emotivos e coloca-os em posição tópica⁶. As descrições do cenário e do ambiente, as alusões ao estado de espírito dos candidatos, as incidências e os percalços de percurso, ao serem introduzidos, modificam uma narrativa que antes era inteiramente factual e fazem emergir uma narrativa mista, com elementos característicos do género de *fait-divers*. Trata-se, assim, de uma popularização do discurso jornalístico, que em si não contém obrigatoriamente nenhum menosprezo pela política, mas com a qual acaba por sobrevir uma secundarização das informações de teor político e uma prevalência de *enquadramentos episódicos* sobre os *enquadramentos temáticos* (Iyengar citado em Porto, 85). Surge também aquilo que é designado por “enquadramento de corrida de cavalos”, em que os candidatos são apresentados mais como competidores entre si do que através de propostas políticas⁷.

A eleição de 2002, altura em que a profissionalização da redacção está consolidada e o jornal já é propriedade de um dos maiores grupos portugueses no sector dos média apresenta um número de peças informativas claramente

⁶Estes aspectos podem ser ilustrados pela reportagem de uma digressão de Freitas do Amaral (27-9-91), onde a tonalidade positiva e o papel activo (“não poupa Cavaco”; “cada vez mais duro”; “continua a despertar curiosidade popular”; “não defraudou as expectativas”) alternam com as passagens de tom negativo ou de passivação do candidato (“uma praça quase deserta”; “para animar um pouco a assistência”; “pouco apoiado pelas estruturas do seu partido”; “tem feito a campanha praticamente sozinho”).

⁷O seguinte início de *lead* expressa esta tendência: “Em declarações ao JF, Carlos Carvalhas disse não estar “nada preocupado” pelo facto de o comício da CDU não ter reunido sequer metade da multidão que na véspera, e no mesmo cenário, tinha aplaudido o líder do PS” (27-9-91). Este mesmo excerto exemplifica outras das tendências apontadas: a secundarização das intenções políticas dos candidatos, a preocupação em obter declarações directas e, se possível, exclusivas; o uso de citações truncadas em enunciados construídos pelo jornalista; a componente claramente interpretativa do repórter.



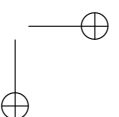
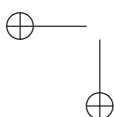
superior às das campanhas de 1985 e 1991⁸. Desaparecem, porém, as reportagens de rua e com elas as narrativas mais coloridas e popularizadas, permeadas com aspectos emotivos, com a reacção das populações e onde cabia a citação de cidadãos anónimos. Regressa assim uma cobertura mais atida aos momentos formais de campanha e que assenta no ponto de vista dos candidatos, recolhido em comícios, sessões de apresentação ou meros programas enviados à redacção. Regressa, pois, o enquadramento temático, onde predomina o conteúdo político. Os textos tendem a fixar-se numa narrativa factual, sendo mais frequente o apagamento do repórter como intérprete do que a assunção de um discurso explicitamente interpretativo. A verbalização dos títulos – “Durão diz”, “Socialistas puxam”, “CDU exige”, “Bloco insiste”, “Ferro garante” –, imputa actos aos políticos, no que constitui um *enquadramento distanciado*, no sentido em que os jornalistas representam linguisticamente uma não cumplicidade com os políticos. No entanto, nas páginas do jornal voltam a prevalecer os artigos colonizados por citações, que conferem total coerência ao discurso de cada partido e que assim produzem um enquadramento que também é *oficialista*. São minoritárias as reportagens com uma trama política construída pelo repórter⁹, o que leva a um retrato institucional e rotineiro da campanha eleitoral, em que o *know-how* profissional se sobrepõe a qualquer perspectiva cívica. Trata-se, ainda, de um enquadramento distanciado também no sentido de que a fixação das reportagens em sessões formais introduz uma representação de distância entre candidatos e eleitores.

O enquadramento interpretativo

Os enquadramentos interpretativos, mais do que relevarem de procedimentos e técnicas do jornalismo, emanam de actores sociais diversos e ligam-se a

⁸Excluindo as notícias breves, a campanha de 2002 suscitou treze peças informativas, enquanto a de 1991 envolveu sete e a de 1985 apenas seis.

⁹Os seguintes excertos exemplificam a componente interpretativa, mas são um género minoritário: “Enquanto o líder do CDS-PP quer ver crianças e professores a cantarem logo pela manhã o hino nacional, Miguel Portas, do Bloco de Esquerda, propõe uma escola sem restrições de horários e com liberdade curricular” (1-3-02); “Não garantiu todavia, preto no branco, nenhum projecto concreto para o distrito da Guarda, nem mesmo a construção de um hospital novo, a bandeira que Ana Manso, cabeça de lista, ergue bem alto nesta candidatura” (8-3-02).



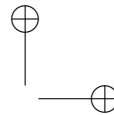
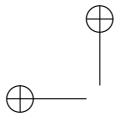
ideologias e discursos culturais que circulam na sociedade e que disputam legitimidade face a outras leituras da realidade.

Na década de 80 – eleições de 1983, 1985 e 1987 – o tempo de campanha não inclui nenhum editorial que aborde a escolha do governo na perspectiva dos interesses e das consequências regionais. A votação é sempre enquadrada como questão nacional e o leitor é interpelado como cidadão português, sendo que a pujança das afinidades ideológicas e das lealdades partidárias eclipsam as pertenças locais. O enquadramento temático mais forte nos editoriais desta altura é um enquadramento moral, seja centrado na ética do bem público, seja na ética dos valores democráticos. Através de contrastes metafóricos ou de dicotomias lexicais positivas e negativas representa-se o país num momento dilemático da sua vida colectiva e a prática política como adulteração do ideal cívico¹⁰. Este tipo de enquadramento é coerente com o surgimento de um novo partido político, o PRD, ancorado numa cruzada moral contra a degradação da política e do qual o director do jornal seria deputado.

Se regressarmos às reportagens da campanha de 1985 vemos que também o género noticioso interpelava o cidadão enquanto eleitor nacional. Não só o discurso dos políticos nacionais parece reservar então um lugar marginal para as questões regionais, como todos os títulos escolhidos pelo jornal se referem a temas de estado. A eleição do parlamento é, portanto, enquadrada como um momento que diz respeito aos residentes da região sobretudo enquanto portugueses.

Num segundo plano da hierarquia do jornal é possível, porém, descortinar a emergência, desde 1983, de um enquadramento temático nas desigualdades regionais. Nesse ano, o tema surgiria apenas nos títulos do debate entre candidatos pelo círculo de Castelo Branco. Em 1985, volta a aparecer no mesmo plano, quando a primeira pergunta feita pelo jornal aos candidatos assenta numa pressuposição de verdade “os governos apenas têm aumentado as assimetrias”, mas também já surge em títulos de artigos de análise sobre demografia ou economia, bem como na transcrição de um discurso de Ramalho Eanes.

¹⁰O editorial de 22/04/1983, com o título de “Não ao apodrecimento” faz uso de sucessivas metáforas de conotação negativa, como “processo infeccioso”, “governanço” e “lodaçal”, a que são contrapostos “mãos limpas”, “redenção”, “princípios”. O editorial de 3/7/1987, “O país do pé coxinho” opõe “ideários”, “esclarecimento” e “liberdade”, por um lado, às práticas “a qualquer preço”, “onde se jogam lugares”, “demagogia” e “vícios”, por outro.

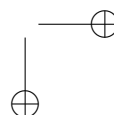
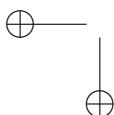


Neste contexto, chama a atenção o aparecimento e a crescente assiduidade do vocábulo “interior”. A princípio a ideia de “interior” é menos frequente que a ideia de entidade regional, patente em expressões como “desenvolvimento da região”, “problemas do distrito” ou “desequilíbrios regionais”. Mas gradualmente vai ganhando peso e proeminência, através de uma história que a análise dos actos eleitorais deixa perceber.

Em 1991, pela primeira vez em tempo de campanha para o parlamento, um espaço de carácter editorial posiciona os leitores de forma articulada enquanto cidadãos nacionais e enquanto cidadãos da Beira Interior¹¹. Em dois textos que se sucedem na mesma coluna de opinião (13-9-91), as primeiras frases definem as diferentes identidades a que se dirige a interpelação aos eleitores. O primeiro trecho, intitulado “Clientelas” começa com o seguinte enunciado: “Em poucos países, como em Portugal, a cunha se transformou numa instituição com tantas e tão fundas raízes”. O jornal coloca o leitor na pele de português, eleitor de um poder político que sobrevive e manobra com recurso às suas clientelas políticas, tratando-se de um enquadramento moral na linha de outros editoriais em eleições anteriores. Mas o segundo trecho, com o título de “Ladrões de estradas”, muda o enquadramento, iniciando-se assim: “O que se está a passar em relação às estradas do nosso descontentamento é um escândalo que chega a pôr em causa o Governo como pessoa de bem”. O pronome pessoal (em “nosso descontentamento”) constrói um sujeito colectivo que abarca jornal, leitores e cidadãos da região, para depois enquadrar as eleições legislativas como momento de julgar a administração central (“pôr em causa o Governo como pessoa de bem”) em função dos seus actos *para com a região*. Este texto funda, na verdade, um enquadramento regionalista em tempo de campanha para o parlamento, cujo elemento fundamental é a interpelação do leitor na sua identidade local. Jornal e leitores são discursivamente postos em comunhão na mesma margem de uma dupla dicotomia: região-governo e região desfavorecida-regiões favorecidas.

O ano de 1991 parece, de facto, ter marcado uma viragem, na qual assume um papel central o episódio sobre a (não) construção do túnel rodoviário da

¹¹Entende-se por espaço de carácter editorial um texto de opinião que exprima a posição do jornal sobre determinada matéria e que seja claramente identificável pelos leitores como emanado da direcção ou de alguém cujo lugar na instituição lhe permite representá-la. Neste caso trata-se da coluna “A semana”, do chefe de redacção Fernando Paulouro Neves, que mais tarde se tornaria director do jornal.



Gardunha. Colocado na primeira página durante meses, o “quadrado” sobre o túnel da Gardunha consistia numa foto-legenda com a imagem em branco e onde a ironia era usada para criticar a quebra de uma promessa governativa¹². Configurando um género jornalístico impreciso, a meio caminho entre o *cartoon* e o editorial, “o túnel” foi concebido e redigido pelo director do jornal e funcionou como verdadeira arma política numa altura em que António Paulouro já se encontrava desvinculado da vida partidária e da actividade política formal. A sua eficácia residiu no facto de se alicerçar num discurso cultural popular sobre a não fiabilidade dos políticos, que articulou com a ideia de desigualdades e isolamentos territoriais, produzindo a ideia de descrédito agravado em relação ao interior.

Um editorial assinado por António Paulouro, em 20 de Setembro, ultrapassa a mera perspectiva de região e enquadra abertamente a questão governativa como dualidade política Litoral-Interior: “apesar das promessas (...) o governo não diminuiu o fosso”. Está lançada, a partir deste enunciado, a reconversão do tema das assimetrias regionais em temática nacional. Em 1991 dá-se, portanto, um duplo movimento de reenquadramento das eleições legislativas: primeiro regionalizando a avaliação dos políticos; depois recolocando a defesa regional como questão de estado e legitimando-a assim como tema das eleições para os órgãos centrais. Com a ideia de interior no cerne do discurso, a defesa da região deixa de ser um regionalismo para passar a inserir-se numa visão de conjunto, cujo desígnio último é o desenvolvimento de todo o país. Note-se que o uso de maiúsculas no vocábulo Interior é recorrente nesta fase do JF e, se a linguagem revela as disposições culturais e ideológicas, esta substantivização do interior como nome próprio pode ser lida como desejo de autonomização e de construção de uma entidade política¹³.

O editorial em causa, com o título de “Intervalo”, é altamente ambíguo, dado que proclama a independência política do jornal e assegura dar voz a to-

¹²A legenda acabava sempre com a frase “tal como prometido pelo primeiro ministro em 27 de Abril”.

¹³Tal pulsão autonomizadora, no sentido de maior representatividade e poder de decisão local e regional, já está presente nas intervenções de António Paulouro enquanto candidato pelo PRD, em 1985, e também na organização das “Jornadas da Beira Interior”, em 1983, 1985 e 1990, que assumem a ideia de regionalização do país como tema central e através das quais António Paulouro e o JF procuram agregar elites locais da Guarda, Covilhã, Fundão, Castelo Branco e de outras sedes de concelho num aliança de carácter regional.

dos os partidos “em condições rigorosamente iguais”, mas sugere ao mesmo tempo que a defesa dos interesses regionais legitima um parêntesis na neutralidade (“Sobram razões para repetir que o governo (...)”), ou seja, ergue a defesa da região a um plano de maior importância que a isenção partidária, mas fá-lo apoiado na ideia de “interior” e de um desequilíbrio que já não é regional, mas sim nacional.

Procurando fazer uma genealogia, embora muito limitada, do uso da entidade “interior” no JF, recorri à compilação dos textos publicados sobre o regadio da Cova da Beira, desde os anos 50 até 1990¹⁴. O que se verifica até meados dos anos 70, é que a região, seja agregada à província das “Beiras” ou como território mais restrito da “Cova da Beira”, é representada enquanto *uma região entre regiões*, tendo termos de comparação como o Alentejo ou o Algarve. Isto é comum quer aos artigos emanados da redacção, quer aos textos de colaboradores exteriores, quer às intervenções de representantes institucionais, correspondendo portanto a um enquadramento do território que é culturalmente partilhado. Em 1975, surge pela primeira vez no âmbito deste tema a enunciação do regadio como uma “opção fundamental para o desenvolvimento do *interior* do país”, num artigo assinado por Duarte Simões, na época director do Instituto Politécnico da Covilhã. Progressivamente, a noção de interior, bem como as relações entre interior e litoral, passam a figurar nos artigos com maior frequência e o termo parece ter tido um impulso com a sua institucionalização na orgânica do ministério da Agricultura, a partir de 1978, através da designação de Beira Interior. Na viragem para os anos 80, a expressão já aparece em reportagens do jornal sobre o regadio e sobre as atitudes do poder central.

Estes dados indiciam, portanto, que antes de chegar ao cenário das campanhas eleitorais, a noção de interior começou a circular paulatinamente, dez anos antes, entre algumas elites regionais, das quais a direcção do jornal também fazia parte. A emergência desta entidade territorial ter-se-á desenvolvido dentro de um processo mais vasto de recomposição semântica da geografia nacional, que se foi transmutando de um mosaico de regiões para o par dicotómico litoral-interior, que substitui a antiga dicotomia Lisboa-província, e em que cada um dos termos adquire uma forte carga cultural e simbólica. O

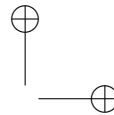
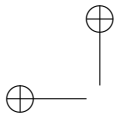
¹⁴A compilação destes textos está reunida e publicada em livro: António Paulouro (1991), *Crónica das Águas que Passam*. Fundão: Jornal do Fundão Editora.

termo interior tem hoje um sentido culturalmente partilhado à escala nacional, que condensa as ideias de arcaísmo socio-económico, rusticidade das populações e anquilosamento cultural. A ideia de interior simboliza, em suma, um cúmulo de desprestígios que o aproximam da condição de estigma. Por outro lado, constitui também uma entidade política simbólica, que designa o território sem poder, sem peso eleitoral, sem capacidade de captar recursos e de influenciar o processo da sua distribuição pelo estado. Até aqui, esta representação de interior tem motivado a retórica política da solidariedade e da necessidade de reequilíbrio nacional, mas o desgaste de tal discurso e o cenário transnacional cada vez mais competitivo podem levar à assunção política clara da secundarização do interior em favor de estratégias de concentração de recursos nos núcleos mais qualificados do país¹⁵.

Ao nível das reportagens de campanha, a eleição de 1991 ainda não introduz o enquadramento temático focado na questão territorial e na discriminação regional, que só mais tarde chegará às narrativas factuais escritas pelos repórteres. Nesse momento, ele só emerge no discurso de alguns actores políticos, mas tendencialmente sem posição tópica nos textos, e fortemente nos artigos de opinião. Exemplo paradigmático é o texto “Só as promessas não chegam” (4-10-91), publicado nas vésperas do acto eleitoral e que, não sendo assinado, manifesta a posição institucional do jornal. Aqui, o sujeito interpelado é o beirão, condição inclusiva do jornal e dos leitores conotada de proximidade afectiva na expressão “desta Beira”. E a região é construída como identidade supra-local cuja representação como “um território” ou “nó de terra” apaga os limites concelhios. Este enquadramento sugere que a eleição parlamentar, ao basear-se em círculos eleitorais que agregam as micro-entidades políticas existentes, acaba por proporcionar um momento privilegiado para a construção de um imaginário político mais vasto que o dos municípios, ocasião essa que é tomada em mãos por alguns actores regionais, entre os quais figuram o JF, mas também determinados partidos e figuras partidárias.

O carácter progressivo deste processo é patente quando, nas eleições seguintes, o enquadramento regionalista e o recurso à noção de interior penetram no próprio género reportagem, aparecendo em força nos títulos da campanha

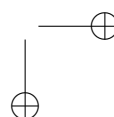
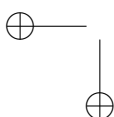
¹⁵Neste registo, é possível ouvir um sociólogo tão prestigiado e influente como António Barreto afirmar que não lhe repugna a ideia de Portugal definir uma parte do seu território essencialmente como reserva de recursos naturais (RTP 1, programa Prós e Contras, Julho de 2005).



de 1995. Aqui, surgem títulos em que cai o substantivo Beira e fica apenas o ex-adjectivo interior transformado em nome próprio: “Nogueira por terras do Interior” ou “A grande batalha é a defesa do Interior”. Esta nova unidade política simbólica é manejada tanto no discurso político do segundo título (uma citação) como no discurso jornalístico do primeiro, que é uma descrição de lugar onde a associação do vocábulo “terras” sugere uma comunidade telúrica e ruralista.

Na eleição de 2002, o sujeito mais frequentemente interpelado nas reportagens de campanha já é o cidadão da região. A narrativa dos repórteres enquadra a questão eleitoral sob o prisma do interesse regional e põe sistematicamente em título essa temática, num contraste flagrante com o que acontecia nos anos 80: “Durão diz que a prioridade é desencravar o interior”, “CDU exige reforço da descentralização”; “Ferro Rodrigues garante novo papel para o distrito”.

O enquadramento surgido nas reportagens sobre o Partido Socialista em 2002 é particularmente interessante porque resulta de um percurso e de uma relação dialéctica entre os média, neste caso o JF, e os actores políticos, entre os quais o PS se mostrou a força política mais disponível para partilhar com as elites locais um enquadramento regionalista das eleições nacionais e acabou por assumir esse discurso como seu. Isto deu-se em particular com alguns dos seus dirigentes, sobretudo António Guterres e José Sócrates, num papel facilitado pela proximidade ideológica com a direcção do JF. Veja-se, logo nos anos 80, nas Jornadas da Beira Interior, os pontos de contacto entre o discurso de José Sócrates e as posições do JF e de António Paulouro. Ambos assentam na ideia de coesão regionalista, expressa por Sócrates como “um consenso das forças políticas regionais” e por Paulouro como a comunhão de “pessoas de todos os quadrantes (...) que ajudarão a mudar o destino desta área desfavorecida”. Também na campanha de 1985 Guterres proclama “queremos a regionalização, (...) queremos ser patrões de nós próprios” e Paulouro argumenta que “ninguém melhor que nós, os da Beira Baixa, conhece as angústias do abandono”. A apresentação do programa eleitoral do PS às eleições de 1985, numa sessão com Guterres e Sócrates (13-9-85), pode aliás ser considerada a primeira peça de reportagem de campanha do JF em que predomina o tópico da defesa da região como um todo e onde a interpelação fundamental é feita ao cidadão da Beira interior e não ao eleitor português. Este discurso



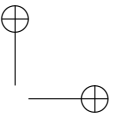
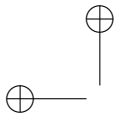
contrasta, na altura, com os discursos de pendor mais nacional do PSD e mais moralista e genericamente descentralizador do PRD¹⁶.

O caminho que o JF e o Partido Socialista percorrem a partir daqui é relativamente paralelo quanto ao enquadramento regionalista da eleição de deputados e da própria governação, e esse percurso desemboca na campanha de 2002 em reportagens com títulos como “Socialistas puxam dos galões”, “Pusemos o distrito no mapa” e “Maria Elisa é uma pára-quedaista”. O episódio em torno da candidata do PSD, Maria Elisa, como alguém exterior à região, assumiu uma enorme relevância nesta campanha eleitoral porque se insere num enquadramento de longa duração acerca de uma dicotomia nós-eles, construída através da representação dual interior-litoral. Nós esquecidos, menosprezados e com auto-conhecimento da região. Eles poderosos, sobranceiros e longe do terreno. José Sócrates cavalga essa narrativa – “aqui no distrito não há parolos” (8-3-02) – e a reportagem do JF difunde-a, incorporando um enquadramento que não se caracteriza tanto pela *corrida de cavalos*, mas mais pelo confronto verbal, a que podemos chamar *luta de galos*¹⁷. Em todo o caso, só o caminho percorrido pelo enquadramento regionalista permite este tipo de interpretação política e jornalística, difícil de imaginar numa eleição duas décadas antes, onde nenhum discurso beliscava os actores vindos do centro do sistema.

É evidente que, nesta altura, já todos os partidos afinam por um discurso mais ou menos regional, mas sem o capital de implantação que é dado ao PS pela longa prática desse discurso e pela sua articulação com algumas decisões do governo de Guterres. Enquanto candidato a primeiro-ministro, António Guterres é, aliás, legitimado num texto de carácter editorial do JF (15-9-95)

¹⁶Alguns elementos de outros partidos assumem um discurso autonomista e regionalista, mas não com o carácter unísono e sistemático que acontece no PS. Um dos políticos não socialistas que desde mais cedo privilegia essa abordagem é o candidato do PSD Carlos Pinto, de que o JF realça em 1991 declarações críticas do centralismo como “estavam em Lisboa a conspirar” ou “queremos influenciar as decisões que nos dizem respeito”. Estes enunciados convocam a dualidade nós-eles e constróem discursivamente uma união entre políticos e povo da região.

¹⁷Parece-me que, nesta altura, a imprensa regional também sofre influência do tipo de enquadramentos praticados no jornalismo televisivo em relação ao fenómeno eleitoral, adoptando por vezes modelos inspirados naqueles que são os média culturalmente hegemónicos, como é o caso da prática televisiva de recolher declarações acusativas, seguidas de respostas e contra-respostas, no que desigmo aqui por enquadramento de luta de galos.



pela pertença simbólica à terra: “toda a gente sabe que (...) tem raízes na região, é daqui o seu universo de afectos, reclamou há muito (...) a condição de beirão”. Neste enunciado, o vocábulo “*daqui*” tem o papel fulcral na representação de Guterres como *um dos nossos*.

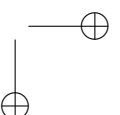
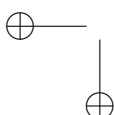
Mas, curiosamente, à medida que o enquadramento do género noticioso se vai tornando mais regionalista, os editoriais durante a campanha de 2002 regressam a uma perspectiva nacional, agora enquadrada numa narrativa de desencanto com a política. O sujeito interpelado é o cidadão vítima do “discurso rasteiro e vazio”, da “partidarite” e do “empobrecimento democrático”. Trata-se de um enquadramento crítico, mas que acaba por estabelecer uma passivação do eleitor face aos protagonistas da política, expressa em enunciados como “chamados a votar”, “sacrifícios que nos serão pedidos” ou “narcotizados pelo espectáculo do sistema”. Mesmo exortando os leitores à não demissão cívica – “façam o favor de participar” – o tom é de cumprimento esforçado do dever, dando a ideia de que o próprio colunista já não acredita em resultados dessa participação.

Esta interpretação desconfiada da política trespassa por vezes para os textos noticiosos, quando as reportagens de comícios sugerem dúvidas sobre a credibilidade dos candidatos quanto ao conhecimento das regiões ou à sua real vontade de as defender. Em alguns casos, esse enquadramento surge logo no *lead*: “Pina Moura cometeu a gafe do comício: atribuiu 24 concelhos ao distrito”; “Durão acusou o PS de não ter cumprido as promessas, mas também não se comprometeu”.

Notas conclusivas

Ao longo dos últimos vinte anos deu-se uma transformação, gradual mas profunda, na forma como o JF enquadra as eleições legislativas, ou seja, uma alteração do sentido atribuído à escolha de deputados e do governo nacional. Esta transformação foi, em traços largos, um movimento geral que tomou as seguintes tendências e envolveu as diversas vertentes:

- (a) o enquadramento noticioso contido nas reportagens de campanha:
celebração do poder nacional → *dessacralização* → *distanciamento*



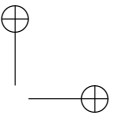
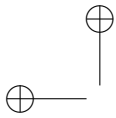
- (b) o enquadramento interpretativo dos editoriais:
governo do país → *interesses da região* → *desencanto com a política*
- (c) o sujeito interpelado:
cidadão nacional → *cidadão da região*

As eleições legislativas tornam-se, assim, num momento de avaliação das políticas dos governos e dos partidos exclusivamente dirigidas à região. A avaliação do que afecta os eleitores como portugueses (as políticas nacionais a nível fiscal, da educação, saúde) ficam de fora de um enquadramento centrado na dimensão regional.

A eleição parlamentar, ao basear-se em círculos territoriais agregadores, acabou por tornar-se numa ocasião importante para a participação activa da imprensa da periferia na construção de um imaginário político regional e na representação de um dualismo face ao centro. Essa ocasião não foi desperdiçada por um jornal próximo das elites locais e cujas circunstâncias (incluindo a localização num núcleo urbano secundário) lhe deram uma propensão territorial mais vasta. A actual interpretação dos deputados como politicamente vinculados às regiões onde são eleitos é relativamente recente no sistema democrático português e advém de um percurso de gradual emergência regionalista que envolve fortemente a imprensa local. O tema da representação das regiões, que na primeira década de democracia estava *out of frame*, de modo coerente com a constituição, passou a enquadrar a questão eleitoral de um modo que instituiu uma obrigação moral dos deputados da nação para com os distritos eleitorais.

Existe grande permeabilidade entre os discursos da imprensa e os discursos dos actores políticos, em ambos os sentidos, mas também existem linhas de dissenção entre os dois campos discursivos. No caso do JF, há uma linha de articulação com o discurso político regionalista que enquadra as legislativas como tema decisivo para os cidadãos, por serem do interior. Ao mesmo tempo, evolui uma linha divorciada do discurso político e que consiste em enquadramentos que corroem a credibilidade deste. A primeira linha reforça um certo tipo de cumplicidade com os políticos locais, ao definir sistematicamente o atraso da periferia como responsabilidade do centro; a segunda mina em geral a imagem dos actores da política.

O percurso que passa pela dessacralização do poder central e pelo ceticismo com a política insere-se num enquadramento de tipo cultural, que é



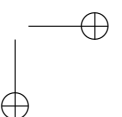
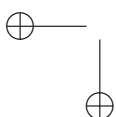
comum no discurso sobre os políticos em Portugal, e que se traduz num distanciamento passivo face aos protagonistas institucionais do sistema político.

A narrativa factual dos géneros notícia ou reportagem absorve os enquadramentos culturais que circulam na sociedade, mas fá-lo com um certo atraso em relação ao seu manejo pelas elites e fazedores de opinião, incluindo os jornalistas editoriais. O género noticioso parece só introduzir esses enquadramentos – como o da interioridade – quando eles se tornam culturalmente dominantes. Nesse momento, eles passam a figurar nas narrativas noticiosas de forma objectivada, como pressuposições e evidências inquestionáveis.

A abordagem noticiosa das eleições mostra que o enquadramento jornalístico não está dependente de o repórter assumir uma interpretação explícita dos eventos. Mesmo quando o jornalista apresenta um artigo colonizado por citações, existem sempre práticas como a formulação do título que hierarquizam os factos e lhes dão um certo enquadramento. Independentemente do uso de citações ter avançado e recuado nos últimos vinte anos, o enquadramento interpretativo dos títulos do JF foi sempre seguindo um rumo crescentemente regionalista.

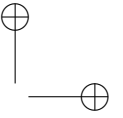
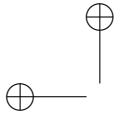
O enquadramento desencantado com a política é coerente com um tratamento noticioso que, ao fim de duas décadas, surge rotineiro e fatigado em relação às eleições legislativas. Este tipo de abordagem noticiosa, dependente dos calendários partidários e com escassa iniciativa própria, conserva o enquadramento regionalista como o único que mantém capacidade de mobilização.

A iniciativa jornalística cobre exclusivamente acções de campanha – comícios, visitas, digressões – de líderes partidários e figuras nacionais. Para os candidatos estritamente distritais estão reservados os inquéritos, as conferências de imprensa ou a posição de segundas vozes em reportagens sobre os dirigentes nacionais. Assim, de forma um tanto paradoxal, o enquadramento é regionalista, mas a atenção é focada, quase exclusivamente, nos líderes e figuras nacionais, o que também sugere a existência de um enquadramento de dependência política: a necessidade de recorrer aos de fora, aos que têm poder efectivo, enquanto os candidatos locais não contam.



Referências Bibliográficas

- Edley, Nigel (2001), “Analysing Masculinity: Interpretative Repertoires, Ideological Dilemmas and Subject Positions”, em M. Wetherell, S. Taylor e S. J. Yates (eds.), *Discourse as Data*, Londres/Milton Keynes, Sage/Open University.
- Fairclough, Norman, 1998, “Political Discourse in the Media: An Analytical Framework”, em A. Bell e P. Garrett (eds.), *Approaches to Media Discourse*, Oxford, Blackwell.
- Gitlin, Todd (2003), *The Whole World is Watching*, Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press.
- Goffman, Erving (1976), *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, Cambridge, Harvard University Press.
- McQuail, Dennis (2003), *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Meyers, Marian (1997), “News of Battering”, em Dan Berkowitz (ed.), *Social Meaning of News*, Londres, Sage.
- Fausto Neto, António (2003), “Discurso Político e Mídia”, em A. A. Canelas Rubim (org.), *Comunicação e Política: Conceitos e abordagens*, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Ponte, Cristina (2002), “Kosovo: A voz editorial em El País e Público”, em AA. VV., *Media, Jornalismo e Democracia*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Porto, Mauro (2004), “Enquadramentos da Mídia e Política”, em A. A. Canelas Rubim (org.), *Comunicação e Política: Conceitos e abordagens*, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Rebelo, José (2000). *O Discurso do Jornal*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Schudson, Michael. (1997), “The Sociology of News Production”, em Dan Berkowitz (ed.), *Social Meaning of News*, Londres, Sage.



- Silveirinha, Maria João (2005), “O lançamento da moeda europeia e os seus enquadramentos na imprensa”, em *Livro de Actas “4.º SOPCOM*, CD-Rom.
- Silveirinha, Maria João e Peixinho, Ana Teresa (2004), “Análise textual assistida por computador”, em I. Ferin Cunha et al., *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Sousa, Jorge Pedro (2004), *Introdução à Análise do Discurso Jornalístico Impresso*, Florianópolis, Letras Contemporâneas.
- Van Dijk, Teun A. (1997), “Semântica do discurso e ideologia”, in E. R. Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Caminho.
- Van Leeuwen, Theo. 1997. “A representação dos actores sociais”, em E. R. Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa: Caminho.

